CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO: PASSOS EM DIREÇÃO A UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA INCLUSIVA¹.

Ângela Harumi Yamaguchi²
Rosane Michelli de Castro³
Claudia Regina Mosca Giroto⁴

RESUMO

Dentre as entraves que tem sido apontada na literatura para a efetivação da educação inclusiva, assume relevância a elaboração e sistematização do Projeto Político Pedagógico – PPP, a ser construído coletivamente pela equipe escolar e comunidade. Dessa forma, há a necessidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade de os profissionais da educação pública valorizarem a formulação desse documento e o concretizarem por meio das metas e práticas pedagógicas nele contempladas. Para tal, além de subsídios teórico-metodológicos, torna-se necessário que o PPP também seja fundamentado pela legislação em vigência, considerando-se, obviamente, o contexto sócio-histórico que perpassa e determina as políticas educacionais que o subsidiam nos âmbitos municipal, estadual e federal. Com base em tais ideias, o objetivo desse estudo foi o de identificar os principais documentos utilizados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SP – SME/SP que sustentam as orientações direcionadas à elaboração do PPP, em conformidade com as políticas educacionais atuais, no que se refere ao público alvo da Educação Especial, matriculado no sistema regular de ensino do referido município. Foi realizada pesquisa documental, mediante análise de documentos disponibilizados no site da SME/SP - últimos 10 anos.

1 Pesquisa desenvolvida junto ao Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial do Departamento de Educação Especial - DEE da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Marília/SP.

2 Pedagoga pela Universidade Ibirapuera. Professora de ensino fundamental I da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. Áreas: Educação Especial e Formação de Professores. a_harumi_y@hotmail.com

3 Professor Assistente Doutor - Departamento de Didática da FFC da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Marília/SP. Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Marília/SP. Áreas: História da Educação, Didática e Formação de Professores. rosanemichelli@marilia.unesp.br

4 Professor Assistente Doutor - Departamento de Educação Especial da FFC da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Marília/SP. Áreas: Educação Especial e Formação de Professores. claudia.mosca@marilia.unesp.br

A análise dos dados compreendeu a elaboração das categorias temáticas, ordenadas sob o critério da temporalidade. Os resultados demonstraram que o município em questão, no que se refere à legislação, tem avançado em direção à constituição de uma política educacional municipal inclusiva, com importantes subsídios para a construção do PPP da escola, embora ainda haja muito a se fazer para a garantia da participação coletiva em tal construção.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Projeto Político Pedagógico. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

Sob os princípios de uma escola inclusiva se deve reconhecer e respeitar a diversidade e garantir o desenvolvimento educacional de acordo com a potencialidade e a necessidade de cada aluno (BRASIL, 2004). Entretanto, a educação ainda apresenta graves problemas no que se refere à inclusão efetiva da diversidade de alunos matriculados no sistema de ensino fundamental, portanto, melhorar sua qualidade e disponibilizá-la universalmente (UNESCO, 1990).

Dentre a série de entraves que tem sido apontada na literatura para a efetivação da educação inclusiva, assume relevância a elaboração e sistematização do Projeto Político Pedagógico – PPP. No documento do Ministério da Educação - MEC intitulado *A escola* (BRASIL, 2004), o PPP é apresentado como um instrumento teórico-metodológico que define a relação entre escola e comunidade que será atendida, bem como se constitui na ponte entre a política educacional do município e a população.

Sob tais ideias, o sistema educacional, como um todo, e o professor, em particular, tem significativa importância no processo de elaboração desse documento, bem como no acompanhamento das ações apontadas, coletivamente, como sendo aquelas necessárias para o acolhimento e reconhecimento das diferenças apresentadas pela diversidade de alunos inseridos em determinada comunidade escolar.

Neste sentido, espera-se que toda a equipe escolar colabore com a organização, implantação e sistematização do PPP, uma vez que “[...] seu desenvolvimento requer reflexão, organização de ações e a participação de todos: professores, funcionários, pais e alunos, num processo coletivo de construção” (BRASIL, 2004, p. 9).

Dessa forma, há a necessidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade de os profissionais da educação pública valorizarem a formulação desse documento e o concretizarem no dia a dia, por meio das práticas pedagógicas nele contempladas e utilizadas no contexto escolar.

Conforme aponta (MENDES, 2006, p. 400-401):

[...] precisamos ir além dos argumentos ideológicos, do romantismo, da ilusão de que será um processo fácil, barato e indolor, se quisermos avançar, de fato, em direção a um sistema educacional mais inclusivo, e escrutinar continuamente se não estamos produzindo, sob a bandeira da inclusão, formas cada vez mais sutis de exclusão escolar.

A escola, como um todo, e o professor, em particular, necessita, portanto, de determinação política para promover mudanças que considerem que “[...] a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico” (BRASIL, 2004, p. 9).

Entretanto, apenas a construção de um PPP não garante que a escola oferecerá uma educação inclusiva. É preciso concretizar, de fato, as transformações necessárias para a efetivação da inclusão educacional, pois “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (UNESCO, 1990, p. 2) e essa educação “[...] pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (UNESCO, 1990, p. 2).

Com a reorganização do sistema educacional, a partir: da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); dos atuais parâmetros utilizados para a organização dos serviços de apoio em Educação Especial (BRASIL, 2009; 2011); da redefinição do público alvo da Educação Especial e da ressignificação das responsabilidades do professor generalista e do professor especialista, no que tange ao processo

de escolarização de tal público (BRASIL, 2008; 2009; 2011); entre outras medidas deflagradas pelas atuais políticas públicas educacionais, sob a perspectiva da Educação Inclusiva, mais do que nunca a responsabilidade pela proposição de um PPP que considere todos esses aspectos toma vulto. A escola que não se encontra comprometida com essas políticas educacionais, por meio de seu PPP, principalmente, por se tratar do instrumento legal mais imediatamente representativo do cotidiano escolar; além de não se encontrar alinhada com as obrigações e determinações legais, se contrapõe à dinâmica sócio-histórica de transformação da realidade escolar.

Ainda que possam ser apontados e discutidos prós e contra sobre essas políticas, considerados indícios de avanço ou retrocesso, dependendo, obviamente, do quão se encontram atrelados a diferentes posicionamentos teóricos, que não serão tematizados no presente artigo, a realidade educacional atual também compreende o compromisso com a presença do público alvo da Educação Especial no ensino regular e com seu acesso e permanência no currículo proposto. Decorre dessa situação, portanto, a necessidade de esse público e suas necessidades serem contempladas no PPP.

Para tal, além de subsídios teórico-metodológicos, torna-se necessário que o PPP também seja fundamentado pela legislação em vigência, considerando-se, obviamente, o contexto sócio-histórico que perpassa e determina as políticas educacionais que o subsidiam, quer seja no âmbito federal, quer seja nos âmbitos estadual e municipal.

Com base em tais ideias e na possibilidade de os profissionais que atuam na educação ampliarem a compreensão sobre a função social da escola e a importância de se definir uma visão política diante da realidade escolar, que resulte em melhorias na prática pedagógica, nas relações sociais entre todos que fazem parte da escola, e na qualidade da escola pública, o objetivo desse estudo foi o de identificar os principais documentos utilizados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SP – SME/SP que sustentam as orientações direcionadas à elaboração do PPP, em conformidade com as políticas educacionais atuais, no que se refere ao público alvo da Educação Especial matriculado no sistema regular de ensino do referido município.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para a consecução do objetivo anunciado, essa pesquisa, de natureza documental, foi realizada mediante análise de documentos disponibilizados no site da SME/SP, correspondentes ao período que compreende os últimos 10 anos.

Dentre os diversos documentos disponibilizados, foram considerados, após a leitura dos mesmos, aqueles que guardavam estreita relação entre os aspectos legais que garantem a educação inclusiva de qualidade e evidenciam, direta ou indiretamente, no que diz respeito aos critérios de elaboração do PPP da escola, as adequações propostas para o atendimento às necessidades educacionais de estudantes considerados como público alvo da Educação Especial, a saber: Constituição Federal: artigos 208 e 227 (BRASIL, 1988); Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996); Parecer CNE/CEB nº 17, de 17/08/2001 (BRASIL, 2001a); Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001 (BRASIL, 2001b); Resolução CNE/CBE nº 04, de 02/10/2009 (BRASIL, 2009); Resolução CNE/CBE nº 04, de 13/07/2010 (BRASIL, 2010); Decreto nº 7.611, de 17/11/2011 (BRASIL, 2011); Decreto (municipal) nº 45.415, de 18/10/2004 (SÃO PAULO, 2004a); Portaria (municipal) nº 5.718, de 17/12/2004 (SÃO PAULO, 2004b); Decreto (municipal) nº 45.652, de 23/12/2004 (BRASIL, 2004c); Decreto(municipal) nº 51.778, de 14/09/2010 (SÃO PAULO, 2010); Portaria (municipal) nº 5.594, de 29/11/2011 (SÃO PAULO, 2011a); Indicação CME/SME nº 6: Portarias nº 1.566, de 18/03/2008 e nº 5.551, de 25/11/2011 (SÃO PAULO, 2011b).

A análise dos dados priorizou a ordenação dos documentos encontrados sob o critério da temporalidade, razão pela qual os documentos são apresentados no Quadro 1 na ordem crescente, de acordo com a data de promulgação, bem como a sistematização dos dados distribuídos em duas categorias: 1) Orientações Gerais, que corresponde à reunião dos documentos utilizados em âmbito nacional e utilizados como referência pela SME/SP para a elaboração de documentos próprios, conforme o Quadro 1; e 2) Orientações específicas, que compreende documentos elaborados pela SME/SP utilizados em âmbito municipal, de acordo com o Quadro 2. As duas categorias foram divididas nas seguintes subcategorias: “Referência”, que caracteriza a identificação, propriamente dita, do documento considerado; “Conteúdo do documento”, a fim de justificar a seleção do material em conformidade com o objetivo proposto; e “Tópicos

sobre o objeto da pesquisa”, que contemplou os trechos específicos dos documentos selecionados que fizeram menção às temáticas abordadas, conforme apresentação nos Quadros 1 e 2.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos, o Quadro 1 contempla uma síntese dos documentos nacionais, bem como do Estado São Paulo

Quadro 1 - Documentos norteadores das orientações gerais utilizadas pela SME/SP para a elaboração de documentos específicos que tratam da política de educação inclusiva em âmbito municipal, bem como de orientações a serem contempladas no PPP da escola no que se refere ao público alvo da Educação Especial.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS		
	Referências	Conteúdo	Tópicos sobre objeto de pesquisa
Orientações Gerais	Constituição Federal: artigos 208 e 227 - 1988	Política Educacional	Torna o ensino fundamental obrigatório, estabelece o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular, determina a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência, normatiza a construção de logradouros, a fim de garantir o acesso adequado de pessoas portadoras de deficiência.
	Lei de Diretrizes e Bases – LDB - 1996	Política Educacional	A LDB recomenda que os sistemas de ensino garantam aos alunos com deficiência currículo, métodos, recursos e organização específicos, além da <u>terminalidade específica</u> .
	Parecer CNE/CEB nº 17, de 17/08/2001	Educação Especial	Resultado do conjunto de estudos acerca da Educação Especial, tornando possível a elaboração do texto para a edição das Diretrizes Nacionais para a <u>Educação Especial na Educação Básica</u> .
	Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001	Política Educacional	Estabelece diretrizes nacionais para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica.
	Resolução CNE/CBE nº 04, de 02/10/2009	Política Educacional	Estabelece diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado, contem a definição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e respectivas atribuições.
	Resolução CNE/CBE nº 04, de 13/07/2010	Política Educacional	Define diretrizes curriculares nacionais gerais para educação básica. Atendimento educacional especializado (AEE).
	Decreto nº 7.611, de 17/11/2011	Política Educacional	Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado, a responsabilização do apoio do Poder Público e parcerias com o setor privado sem fins lucrativos.

que subsidiam a SME/SP na elaboração de documentos próprios que regulamentam as ações direcionadas à sistematização da educação inclusiva, em âmbito municipal, no que se refere ao público alvo da Educação Especial, bem como na proposição de ações que também contemplam a elaboração do PPP na e pela escola.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece no artigo 208 como dever do Estado o ensino fundamental obrigatório, o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Em seu artigo 227 o Estado promoverá a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiências, bem como refere normas de construção de logradouros e transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado dessas pessoas.

O PPP precisa ser elaborado por toda equipe escolar e a comunidade na qual se encontra inserida, especificando qual a razão social da Unidade Escolar. A LBDN (BRASIL, 1996) deixa explícito que é preciso a participação da escola e da comunidade escolar, no seu artigo 14:

[...] Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2010, p.17).

Em 2001, o Parecer CNE/CEB nº 17 (BRASIL 2001a), se configurou como resultado do conjunto de estudos acerca da Educação Especial, tornando possível a elaboração do texto para a edição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, divididos em dois temas: 1) a organização dos sistemas de ensino para o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais; e 2) a formação do professor. Esse mesmo documento destaca, sobre a política de inclusão, que é preciso ousadia para rever concepções e paradigmas, desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e não somente a permanência física desses alunos junto aos demais educandos:

A proposição dessas políticas deve centrar seu foco de discussão na função social da escola. É no projeto pedagógico que a escola se posiciona em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os alunos. [...] De conformidade com o Artigo 13 da LDBEN, em seus incisos I e II, ressalta-se necessário protagonismo dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico. (p. 12).

Na resolução CNE/CEB Nº 2 (BRASIL, 2001b), em seu artigo 3º, entende-se Educação Especial como um processo definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar, suplementar, de modo a garantir a educação e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), em todas as etapas e modalidades da educação básica. No artigo 8º, inciso 3º, aborda sobre a flexibilização e adaptações curriculares, metodologias de ensino, recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos com NEE, em consonância com o PPP.

O Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Especial, caracteriza o PPP, na publicação intitulada "Educação inclusiva: a escola" (BRASIL, 2004), como um instrumento teórico metodológico, que define as relações da escola com a comunidade e estabelece a ponte entre política educacional e a população. Na publicação denominada "A escola comum inclusiva" (BRASIL, 2010b), aponta contribuições para a transformação da escola em um ambiente educacional inclusivo e, dentre os aspectos contemplados, enfatiza também o PPP. Nessa primeira publicação mencionada (BRASIL, 2004), encontra-se descrito um passo a passo de como elaborar o PPP, que se inicia com algumas reflexões filosóficas e sociopolíticas com o objetivo de "[...] favorecer, à comunidade escolar, a compreensão da função social da escola, seu papel e seus objetivos para que possa ser construído o projeto político pedagógico" (p. 10). Na segunda publicação (BRASIL, 2010b), é apresentada uma reflexão mais profunda sobre o papel do PPP, que além de sua elaboração, reforça a ideia de que todos estejam realmente envolvidos em prol de uma educação de qualidade.

Os alunos com deficiência devem ser matriculados nas classes comuns de ensino regular e no Atendimento Educacional

Especializado (AEE), no contra turno, conforme dispõe a Resolução nº4, de 02 de outubro de 2009 (BRASIL 2009), que estabelece diretrizes operacionais para o AEE na educação básica. Nesse documento, o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio de estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

A resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a), define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica e, no que diz respeito a Educação Especial, estabelece que deve estar prevista no PPP, além de ser ofertada a matrícula ao aluno com NEE em classe regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ainda, afirma que o PPP não é apenas um documento, é um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos.

O AEE ofertado aos estudantes de rede pública de ensino regular poderá ser realizado nos sistemas públicos de ensino ou privados sem fins lucrativos e deverá ocorrer de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, com o apoio técnico e financeiro do Poder Público, como previsto no Decreto nº 7.611 (BRASIL 2011).

Conforme se observa, os documentos nacionais mencionados e utilizados pela SME/SP como referenciais legais apresentam, direta ou indiretamente, subsídios para a discussão e proposição do PPP, no âmbito da educação municipal. Entretanto, a SME/SP, para a consecução da inclusão educacional, em consonância com as políticas públicas nacionais, também se apoia em documentos que contemplam aspectos circunstanciais e o contexto no qual se encontra organizado o sistema público de ensino do município de São Paulo/SP, que dispõe sobre orientações específicas direcionadas a tal contexto, conforme as informações apresentadas no Quadro 2, na próxima página.

Frente aos documentos nacionais, por meio do Decreto nº 45.415 (SÃO PAULO, 2004a), foi criada a Portaria 5.718/04 (SÃO PAULO, 2004b) que regulamenta, no Estado de São Paulo, a política de atendimento para os alunos com NEE inseridos no sistema municipal de ensino. Essa portaria define o funcionamento e as atribuições: do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), dos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), das Escolas Municipais de Educação Especial (EMEE), entidades conveniadas.

Quadro 2 – Documentos da SME/SP norteadores das orientações específicas para a efetivação da educação inclusiva em âmbito municipal, bem como para a elaboração e sistematização do PPP da escola, no que se refere ao público alvo da Educação Especial.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS		
Orientações Específicas	Referências	Conteúdo	Tópicos sobre objeto de pesquisa
	Decreto nº 45.415, de 18/10/2004	Política de atendimento.	Política de atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema municipal de ensino. Estabelece diretrizes para a política de atendimento.
	Portaria nº 5.718, de 17/12/2004	Regulamentação do decreto 45.415.	Regulamentação do decreto 45.415, organização dos procedimentos da política de atendimento.
	Decreto nº 45.652, de 23/12/2004	Política Educacional	Nova redação ao paragrafo único do artigo 7º do decreto nº 45.415, que o serviço de AEE será desempenhado por profissional integrante do Quadro do Magistério Municipal.
	Decreto nº 51.778, de 14/09/2010	Política Educacional	Institui a política de atendimento de educação especial por meio do programa INCLUI, considerando a necessidade de promover, na rede municipal de ensino, uma política educacional inclusiva.
	Portaria nº 5.594, de 29/11/2011	Política Educacional	Determina as competências dos profissionais envolvidos no Projeto Rede, integrante do Programa Includi.
	Indicação CME/ SME nº 6 (Portarias nº 1.566, de 18/03/2008 e nº 5.551, de 25/11/2011)	Política Educacional	Dispõe sobre Projetos Especiais de Ação (PEAs), sua definição e funcionamento.

No parágrafo único do artigo 7º do Decreto nº 45.415 (SÃO PAULO 2004a) encontra-se uma mudança na redação: o serviço de AEE que antes seria desempenhado por um profissional integrante da carreira do magistério, comprovada a especialização em Educação Especial, passa a ser desempenhado por um profissional integrante do Quadro do Magistério Municipal, com comprovada especialização ou habilitação em Educação Especial.

Em 2010, com o surgimento do Programa Includi, por meio do decreto nº 51.778 (SÃO PAULO, 2010), que institui tal política de

atendimento, sete projetos foram incorporados para a definição das ações a serem implantadas no âmbito da Secretaria Municipal da Cidade de São Paulo. Essas ações, adotadas visando à transformação da realidade educacional para a garantia de acesso de todos os alunos a todas as oportunidades de ensino e aprendizagem, caminham na direção do que Oliveira (2004, p. 789-80) argumenta:

A proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto político pedagógico: flexível, aberto, dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas.

Um dos projetos integrantes do Programa Incluir é o Projeto Rede, descrito na Portaria nº 5.594 (SÃO PAULO, 2011a), que caracteriza as competências do profissional denominado de Auxiliar de Vida Escolar (AVE), envolvido no projeto. Tem como objetivo oferecer aos alunos com deficiência que não possuem autonomia para locomoção, alimentação e higiene, apoio intenso para que possam participar das atividades desenvolvidas pela escola.

Para formação dos professores há os Projetos Especiais de Ação (PEAs), descrito na Portaria SME nº 1.566 (SÃO PAULO, 2008), que são:

[...] instrumentos de trabalho elaborados pelas Unidades Educacionais, que expressam as prioridades estabelecidas no Projeto Pedagógico, voltadas essencialmente às necessidades dos educandos, definindo as ações a serem desencadeadas, as responsabilidades na sua execução e avaliação, visando ao aprimoramento das práticas educativas e consequente melhoria da qualidade de ensino [...]. (p. 11).

Stainback (1999) ressalta que para uma sociedade justa e igualitária a escola necessita reavaliar a maneira como opera, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.

Sob as premissas de que a escola necessita repensar sua função social, analisar as leis, para possíveis transformações, Omote (2008, p. 31-32) enfatiza que:

[...] é preciso um enorme empenho para promover a transformação radical em algumas crenças, atitudes e expectativas associadas ao ensino e aprendizagem, sobretudo de crianças e jovens pertencentes a minorias tradicionalmente excluídas. Toda a comunidade escolar necessita estar sensibilizada e orientada para a construção de uma cultura inclusiva, no interior das instituições escolares. Novas gerações de cidadãos formados nessa cultura podem ser a esperança para a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva.

A sociedade brasileira necessita buscar soluções para a convivência na diversidade que a caracteriza, favorecer essa convivência e a familiaridade com pessoas com deficiência, derrubando as barreiras físicas, sociais, psicológicas e instrumentais que as impede de circular nos espaços comuns (ARANHA, 2001, p. 21).

Para Aranha (2001) a inclusão da pessoa com deficiência é um projeto a ser construído por todos:

[...] Necessita planejamento, experimentação, de forma a se identificar o que precisa ser feito em cada comunidade, para garantir o acesso das pessoas com deficiência do local e de outras comunidades aos recursos e serviços nela disponíveis. Não se instala por decreto, nem de um dia para o outro. Mas há que se envolver efetiva e coletivamente, caso se pretenda um país mais humano, justo e comprometido com seu próprio futuro e bem-estar. A democratização da sociedade brasileira passa pela construção de efetivo respeito a essa parcela da população, que a duras custas procura conquistar um espaço ao qual, por lei, tem direito. (ARANHA, 2001, p. 22).

Do ponto de vista de que a participação coletiva é fundamental para a garantia de conscientização coletiva para a convivência na e com a diversidade e, ainda, pode se caracterizar como fator de transformação social, por meio da adoção de práticas sociais que

visem instalar ou reformular uma cultura, De Carlo (2001, p. 71) aponta, acerca do impacto de tal participação, no que se refere a alunos com deficiência intelectual, que:

[...] o coletivo é fator fundamental no processo de compensação e é através das interações sociais e pela mediação semiótica que se dá a organização do funcionamento psíquico de pessoas portadoras de deficiência, o que cria possibilidades para que elas alcancem um nível de desenvolvimento de caráter superior [...]

Conforme Meira (2007, p. 49), os fatores biológicos são marcantes no início da vida, mas à medida em que a criança intensifica sua relação com o mundo, a cultura se torna decisiva na definição dos rumos do desenvolvimento. Se a relação que o aluno tem com o mundo e com a cultura interferem em seu desenvolvimento, o PPP precisa considerar como essa relação do aluno e o mundo se constituirá.

Veiga (2003) aponta, entretanto, para uma questão que pode se tornar problemática, caso o projeto político pedagógico seja definido sem levar em conta o processo de produção coletiva e enfatize apenas a produção de um conjunto de ações regulatórias determinadas por um documento pronto e acabado, que nega a diversidade de interesses e de atores presentes no cenário educacional, determinado por um processo de inovação regulatória orientado pela padronização, uniformidade e pelo controle burocrático. Essa autora ressalta, ainda, que o PPP precisa superar a reprodução acrítica. Para tal, a construção desse documento deve considerar a perspectiva da inovação emancipatória:

Sob essa ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença [...] definindo o norte das ações a serem desencadeadas [...]. (VEIGA, 2003, p. 275).

Veiga (2003) considera algumas características fundamentais para a construção do PPP, entre as quais se destacam:

- deve se consolidar como um movimento de luta em prol da democratização da escola, que não esconde as dificuldades e os pessimismos da realidade educacional, procurando enfrentar o futuro com esperança em busca de novas possibilidades e novos compromissos;
- precisa voltar-se para a inclusão, a fim de atender a diversidade de alunos;
- requer um clima de confiança que favoreça o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a instituição educativa;
- sua legitimidade está estritamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo, o que requer continuidade de ações.

Nesse sentido, é fundamental entender que o PPP é uma ação consciente e organizada, que os acertos e erros não será responsabilidade apenas da equipe gestora, mas do todo, que deverá recuperar o caráter público, democrático e gratuito da educação estatal, a fim de atender aos interesses da maioria da população (VEIGA, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o local em que são veiculadas informações, onde se ampliam os horizontes, em que as informações são transformadas em conhecimentos. Conhecimentos que, entre outros aspectos, tornam as pessoas capazes de compreender situações e solucionar problemas, se constituírem como cidadãos autônomos e emancipados, também responsáveis por transformações sociais. É local em que cabe ressignificar o seu próprio papel, bem como o do professor e o do aluno para que possam compreender sua realidade e, posteriormente, transformá-la através do conhecimento.

Sob essa perspectiva, a escola necessita assumir um compromisso com a transformação social, enfrentar barreiras e desafios existentes em sua realidade, repensar o trabalho pedagógico em função da formação do aluno. Sistematizar, por meio do PPP, a flexibilização dos conteúdos que permitam a todos os alunos o acesso às informações veiculadas nesse contexto, de forma a permitir aos mesmos refletirem, serem críticos, solucionarem problemas cotidianos e, possivelmente, modificar a sua realidade para melhor.

Obviamente, uma série de fatores que aqui não foram tematizados corroboram para o sucesso de um sistema educacional inclusivo e o PPP está longe de ser a solução das dificuldades da educação básica, entretanto, torná-lo algo significativo para a unidade escolar, norteador, de forma a priorizar e implantar ações construídas coletivamente e de forma democrática e consciente, em detrimento de se continuar a considerá-lo meramente um documento esquecido, seria um passo importante rumo à inclusão, a real função social da escola.

É fundamental, porém, considerar que um sistema educacional inclusivo não se constitui apenas com professores capacitados, escolas instrumentalizadas. Há que se ter uma política educacional inclusiva definida, não apenas na escola, mas em âmbito geral, que exige, mas ampara as ações direcionadas à efetivação da inclusão da diversidade de alunos presente no contexto escolar. Muito há que se fazer, ainda, no que se refere ao contexto do município em questão neste estudo, mas, sem dúvida, no que se refere ao público alvo da Educação Especial os primeiros passos para a definição de tal política educacional foram dados, ao se assegurar bases legais que também contemplam a responsabilização do poder público.

BUILDING AN INCLUSIVE EDUCATIONAL POLITICAL PROJECT: STEPS TOWARDS AN INCLUSIVE PUBLIC EDUCATION

ABSTRACT

Among the barriers that have been identified in the literature for effective inclusive education is relevant to the preparation and systematization of Project Political - PPP, to be built collectively by school staff and community. Thus, there is a need and at the same time, the difficulty of public education professionals appreciate the formulation of this document and realize through the goals and pedagogical practices contemplated therein. To this end, in addition to theoretical and methodological subsidies, it is necessary that the PPP is also substantiated by the legislation in force, considering, of course, the socio-historical context that permeates and determines educational policies that subsidize the municipal, state and federal. Based on these ideas, the aim of this study was to identify key documents used within the Municipal Education Secretariat of São Paulo/SP - SME/SP supporting the

guidelines directed the preparation of PPP, in accordance with the educational policies current with respect to the target audience of Special Education, enrolled in the regular school system of that city. The survey was conducted of a documentary by examining documents at the site of EMS/SP - the last 10 years. Data analysis included the preparation of thematic categories, sorted under the criterion of temporality. The results showed that the municipality in question, with regard to the legislation, has advanced toward the establishment of a municipal inclusive education policy, with important subsidies for the construction of PPP school, although there is still much to do to guarantee collective participation in such construction.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. Political Pedagogic Project. School inclusion.

REFERÊNCIAS

ARANHA. M. S. F. Paradigmas da relação entre sociedade e as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano XI, nº 21. Brasília, 2001, p. 160-171.

BRASIL, *Constituição da República Federativa*, 05 de outubro de 1988, Brasília, 2010, 47p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 22/02/2013.

_____. *Lei 9394/96, 20 dez. 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Biblioteca digital da câmara dos deputados. 5º edição, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 13/12/2012.

_____. 2001a. *Parecer CNE/CEB nº 17*. 3 de jul. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf Acesso em: 13/12/2012.

_____. 2001b. *Resolução CNE/CEB 2/2001*, de 11 de fev. de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf Acesso em: 03/02/2013.

_____. *Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. A escola. Brasília, 2004, 26p.

_____. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação Inclusiva. 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf Acesso em: 11/05/12.

_____. *Resolução CNE/CBE nº 04/2009*. Diário oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, seção 1, p.17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 02/02/2013.

_____. 2010a. *Resolução CNE/CEB 4/2010*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2010, seção 1, p. 824.

Construção... - Ângela Yamaguchi, Rosane Castro e Cláudia Giroto

- _____. 2010b. *A Escola Comum Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010.
- _____. *Decreto nº 7.611*, de 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 22/02/2013.
- DE CARLO, M.M.R.P. *Se essa casa fosse nossa... instituições e processos de imaginação na educação especial*. São Paulo: Plexus, 2001, p.65-81.
- MEIRA, M.E.M. Psicologia Histórico-cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In: MEIRA, M.E.M; FACCI, M.G.D. (Org.). *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 27-62.
- MENDES. E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-559, set./dez. 2006.
- OLIVEIRA, A. A. S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma escola inclusiva. In: OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004, p. 77-112.
- OMOTE, S. Diversidade, Educação e Sociedade Inclusiva. In: OLIVEIRA, A.A.S. OMOTE, S. GIROTO, C. R. M. (organizadores). *Inclusão Escolar: as contribuições da educação especial*. São Paulo: Cultura Acadêmica editora, Marília: Fundepe editora, 2008, p. 15-32.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Decreto nº 45.415*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2004a.
- _____. 2004b. *Decreto nº 45.652*, de 23 dez. 2004. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/TextosLegais/LegislacaoEducacional/DecretoMunicipal_45652.pdf Acesso em: 03/02/2013.
- _____. 2004c. Secretaria Municipal de educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Portaria nº 5.718*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2004. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/supervisao/Anonimo/DOC%202011/P5594ProgRedeInclui.htm> Acesso em: 03/02/2013.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Portaria nº 1.566*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2008. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/TextosLegais/Portarias_SME_2009.pdf Acesso em: 03/02/2013.
- _____. Secretaria Municipal de educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Decreto nº 51.778*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2010.
- _____. 2011a. Secretaria Municipal de educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Portaria nº 5.551*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2011.

Construção... - Ângela Yamaguchi, Rosane Castro e Cláudia Giroto

_____. 2011b. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Portaria nº 5.594*. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/ DOT, 2011.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990, 8p.

VEIGA, I. P. *Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória*. Cad. CEDES, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez, 2003.

Aprovado em outubro de 2014

Publicado em março de 2015